

(RE)EXISTÊNCIA LGBTQIAP+ NA ESCOLA:

relatos humanizados sobre violências de gênero e diversidade sexual no ambiente escolar

Eixo Temático Expressões de gênero e Sexualidades no Espaço da Escola

Carlos Augusto Pereira dos Santos Júnior¹
Marta Regina Maia²

RESUMO

O resumo objetiva tecer reflexões acerca do jornalismo enquanto uma ferramenta de humanização, denúncia e promoção de Direitos Humanos às pessoas LGBTQIAP+. Para tanto, o trabalho ancora-se na grande reportagem “(RE)existência LGBTQIAP+ na escola”, que aborda as violências de gênero e diversidade sexual contra estudantes e professores(as) do ensino médio. A reportagem buscou desenvolver uma narrativa jornalística humanizada e contra-hegemônica sobre o percurso estudantil de pessoas LGBTQIAP+ no ambiente escolar. Além de relatos sobre vivências e traumas das pessoas entrevistadas, a reportagem também abrange problematizações sobre projetos políticos como o Novo Ensino Médio, educação sexual nas escolas, sobre a grande reportagem, narrativas e o lugar do eu e do outro no jornalismo.

Palavras-chave: reportagem; lgbtfobia; diversidade; jornalismo; juventude.

INTRODUÇÃO

Embora nos últimos anos tenha ocorrido uma gradativa visibilidade de pessoas LGBTQIAP+ e das identidades de gênero e diversidade sexual nos meios de comunicação, ainda há uma insistente resistência em reconhecer essas identidades na esfera pública, onde as notícias e os debates geralmente nascem. De acordo com Bento e Pelúcio (2012), as travestilidades e transsexualidades ainda são entendidas como

¹ Graduado do Curso de Jornalismo (2021) e atualmente é mestrando em Comunicação no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP: carlos.augusto@aluno.ufop.edu.br.

² Professora-orientadora: Marta Regina Maia, Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) e professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP: martamaia@ufop.ufop.edu.br.

doenças mentais por inúmeras instituições de saúde. Nos setores de educação, os corpos dissidentes permanecem lidos como anormais. Por vezes, no setor político, suas existências passam despercebidas e as violências ideológicas e práticas atingem essas pessoas nas mais diversas áreas de suas vidas.

Entendida também como uma prática discursiva, o jornalismo de referência, com grande frequência, desumaniza as personagens LGBTQIAP+ ao não ceder espaço na mídia a esses próprios sujeitos, que subvertem as ideias estereotipadas e discriminatórias direcionadas à comunidade. Angela Zamin (2014) destaca as seguintes características do jornalismo de referência: “[...] ter tradição, prestígio e credibilidade; servir de referência a outros jornais no próprio país; voltar-se para a política, a economia e os assuntos internacionais” (ZAMIN, 2014, p. 931). A autora (2014) ainda pontua a dimensão de classe do jornalismo de referência, ao “ter como público um leitor competente do mundo público (as elites econômica e cultural), e possuir índices elevados de tiragem e circulação” (ZAMIN, 2014, p. 931).

A fim de romper com estigmas e encontrar uma alternativa inclusiva, plural e pedagogicamente ética, Bento e Pelúcio (2012) elucidam a necessidade de despatologizar as concepções preconceituosas referentes à diversidade sexual nas produções midiáticas. Neste sentido, surge a principal proposta deste artigo: evidenciar como o jornalismo, por meio de relatos humanizados e de uma cobertura que ceda espaço para as vozes silenciadas no tecido social, pode contribuir de maneira efetiva para a luta contra as violências baseadas em gênero e diversidade sexual no Brasil. Neste sentido, o presente artigo reflete sobre o processo de produção jornalística a partir da grande reportagem digital “(RE)existência LGBTQIAP+ na escola”, que serve como base às discussões engendradas nas linhas a seguir.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A matéria teve como ponto de partida o relato de experiências e percepções acerca de algumas desigualdades de gênero e de diversidade sexual existentes no ambiente escolar. Para tanto, a pesquisa qualitativa e de caráter exploratório buscou evidenciar alguns silenciamentos e repressões resultantes das violências de gênero e diversidade sexual, experienciadas por alunos(as), ex-alunos(as), professores(as) e ex-professores(as). O trabalho ancora-se no método de entrevista com ferramentas de

trabalho advindas do jornalismo narrativo, cuja finalidade central é de dar visibilidade a relatos humanizados, subjetivos e que construam entendimentos sobre a condição de mulheres e de pessoas LGBTs nesse espaço escolar.

Segundo Essensfelder (2017), existe a urgência em reconhecer a dimensão narrativa do jornalismo, ao rever e analisar seus manuais de redação mais técnicos até o ensino nas escolas de jornalismo, “já que aprender mais sobre ela não apenas enriquece nossa experiência como autores e leitores, mas valoriza e dignifica o próprio jornalismo, fragilizado no cenário contemporâneo de crise de paradigmas” (ESSENSFELDER, 2017, 38). Na perspectiva de Mark Deuze e Tamara Witschge (2016), a grande questão que possibilita, em algumas situações, a expansão narrativa e da prática dos jornalistas é a utilização do meio digital, para também compartilhar histórias a partir de outros formatos e por meio de colaborações.

REFERENCIAL TEÓRICO

Lage (2001) também entende o jornalista como um agente na construção da matéria. “Inteligente deve ter autonomia, isto é, operar sem intervenção direta de seu contratante; ter habilidade social, isto é, interagir com outros agentes desenvolvendo, para isso, competência comunicativa” (LAGE, 2001, p 9). Para Ricardo Kotscho (1986), é necessário priorizar a construção de uma postura ativa com o perfil jornalístico defendido, que deve ser baseado em proatividade e no exercício do repórter de manter-se informado a respeito de assuntos da atualidade, mesmo que não haja oferta de pautas de seu superior imediato, como no caso do editor. Kotscho (1986) sugere ainda que o repórter, a depender da complexidade da reportagem, tenha disposição necessária para exercer um jornalismo de modelo etnográfico, que reúna temas, fatos e situações, à busca de evitar ao máximo uma rotinização da cobertura em eventos e fontes previsíveis.

Fabiana Moraes e Márcia Veiga da Silva (2019) alertam para o fato de como o jornalismo diariamente não se torna capaz de tratar de realidades tão complexas que estão em constante acionamento no debate público. Para as autoras (2019), tanto a impessoalidade quanto a objetividade há muito tempo vem sendo questionadas pela própria teoria do jornalismo “sendo, porém, invocadas constantemente na prática profissional – hoje com ainda mais força, dentro de um contexto de verificação de dados

fortemente instigado pelo que se convencionou a chamar de fake news”. (MORAES, VEIGA DA SILVA, 2019, p 8). Nessa lógica, Gomis (2014) também elucida que os conceitos pré-concebidos pela prática jornalística tanto norteiam o entendimento que o leitor obterá dos produtos noticiosos quanto definem os traços da nossa cultura, vistos como resultado da naturalização dos discursos das classes dominantes.

“Acreditamos que um caminho para desestabilizar os modos redutores de representação perpetrados pela imprensa é a adoção do que chamamos de jornalismo de subjetividade” (MORAES, VEIGA DA SILVA, 2019, 13). O próprio silenciamento de temáticas, aspectos culturais e identitários voltados à causa LGBTQIAP+ nas mídias de referência resulta na invalidação sócio político-cultural postulada pelo pensamento das classes dominantes acerca do tema. Na obra o estudo do jornalismo do século XX, Traquina (2001) exemplifica como a mídia deixou de tratar de assuntos LGBT+ no século XX. Segundo o autor (2001), a razão era que essas pautas questionavam os valores e as tradições das classes dominantes, majoritariamente identificadas com os preceitos cristãos, machistas, heteronormativos, tendo como base os ideais do homem branco e estereótipos de masculinidade e virilidade, dentre outros.

Medina (2003) chama de “narrativa da contemporaneidade” a arte de tecer o presente e formular respostas humanas diante do caos de sentidos que afeta a realidade do indivíduo. Ao que parece sugerir que, a partir desse entendimento, o jornalismo consegue de fato fechar algumas de suas lacunas discursivas e tratar com abrangência, respeito e inclusão de realidades tão complexas em suas produções midiáticas. “É a partir de uma democratização da problemática feminista que, percebemos, a imprensa passa a se pensar e repensar como reprodutora de representações violentas.” (MORAES, VEIGA DA SILVA, p 11). Para as autoras (2019), a pressão direcionada à imprensa surge principalmente no âmbito virtual, que vem demonstrando que é igualmente prevalente uma forma de invisibilização feminina, cisgênera e principalmente transgênera. A filósofa brasileira Djamila Ribeiro (2017) argui da seguinte maneira sobre como a consciência do lugar de fala rompe com o regime de autorização discursiva:

O lugar de fala não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades, assim como faz com que homens brancos, que se pensam

universais, se racializem, entendam o que significa ser branco como metáfora do poder, como nos ensina Kilomba. Com isso, pretende-se também refutar uma pretensa universalidade. Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva (RIBEIRO, 2017, p. 69-70).

Para Veiga (2014, 2015), a atividade jornalística opera frequentemente sob um prisma epistemológico hegemônico que concebe determinados entendimentos e conhecimentos como sendo a única ideia de verdade possível, ao mesmo passo em que Connell (1995) explica sobre como as masculinidades estão constantemente mudando com o decorrer da história e, por óbvio, muitas vezes, podemos não vivenciar algumas de suas antigas formulações na contemporaneidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao se olhar para a história de Sophia e outros relatos que não entraram na matéria, mas que também dizem sobre o uso do banheiro, entendemos que o machismo e o abuso sexual cometidos por homens ainda são, culturalmente, presentes nesses espaços. Por vezes, o banheiro feminino (para pessoas cis e trans) significaria como uma política afirmativa de proteção e cuidado com as mulheres trans, como no caso da aluna Sophia. Embora, devido à complexidade do problema, seria mais humano e efetivo respeitar o posicionamento da aluna, de modo particular, e permitir a ela o uso do banheiro feminino, como relatou durante as entrevistas.

Porém, para chegar a esse nível de debate, observou-se que a escola deve cumprir responsabilidades básicas, como debater as questões de sexualidade em sala de aula. Ao se observar pelos relatos, torna-se evidente como o assunto ainda é tabu nas escolas e como as novas políticas adotadas pelo governo federal cerceiam ainda essa discussão. A intenção parece ser a de silenciar pessoas LGBTQIAP+ e dificultar a ação de professores para combater o preconceito dentro de sala. A própria retirada de termos sobre sexualidade, respeito ao diferente, inclusão e diversidade nos documentos de educação evidenciam como a finalidade de não abrir espaço ou ceder a possibilidade para que esses assuntos sejam pautados na instituição ainda é um empecilho para a promoção da igualdade na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa experiência de fato me mostrou que é possível fazer jornalismo de qualidade no meio digital. Na minha visão, reproduzindo a expressão de Marshall McLuhan, “o meio é a mensagem”, mas o canal por si só não é capaz de desqualificar o trabalho. Porém, o modo como isso é feito pode exaurir as narrativas, as fissuras do tema abordado e a representação do sujeito ou sujeito em sua realidade mais humana, política e social possível. Busquei a todo momento fazer o contrário disso.

Observei que na internet há, muitas vezes, uma superficialidade nos debates e na própria construção das matérias jornalísticas, talvez devido ao tempo corrido das redações, bem como aos problemas técnicos, até mesmo de escrita, que estão presentes em textos publicados na internet. Quando utilizamos site com um design intuitivo, pensamos na experiência do usuário e na possibilidade de adicionar outros recursos que no impresso seriam inviáveis, como vídeos, áudios e links para outros sites, observa-se que a grande reportagem no meio digital tem um potencial incrível de unir linguagens, espaços virtuais e tantos outros agenciamentos possíveis.

REFERÊNCIAS

BENTO, B.; PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 02, ago. 2012.

CONNEL, Raewyn W. (1995). *Masculinities*. Cambridge: Polity Press.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. O que o jornalismo está se tornando. In: **Parágrafo**. v. 4, n.2, 2016, p. 8-21.

ESSENFELDER, Renato. Jornalismo e subjetividade: a poética da grande reportagem. *Novos olhares - Revista de Estudos Sobre Práticas de Recepção a Produtos Midiáticos*, v.6, n.1, p. 31-41, 2017.

GOMIS, Lorenzo. Os interessados produzem e fornecem fatos. In: **Estudos em jornalismo e mídia**. Florianópolis: Insular, vol. 1, n, abril, 2004

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Ática, 1986.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Página Aberta, 1991. p. 393-399.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MEDINA, Cremilda. **A Arte de Tecer o Presente, Narrativa e Cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.

MORAES, Fabiana; VEIGA DA SILVA, Márcia. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: **Anais do XXVIII Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, Porto Alegre, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, MG: Letramento, Justificando, 2017.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

ZAMIN, A. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. In: **Revista Famecos**, v. 21, n. 3, p. 918-942, setembro-dezembro 2014.